

**AO JUÍZO DA XXXXX VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO  
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX**

Processo n.º **XXXXXX**

**FULANO DE TAL**, já qualificada nos autos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal**, com fundamento nos artigos 1.009 e ss. o CPC, interpor recurso de

**APELAÇÃO**

contra a v. sentença de fl. XX/XX, proferida por este MM. Juízo, pelas razões de fato e de direito contidas nas razões em anexo.

Ante a isto, requer que o presente recurso seja recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, remetendo-se os presentes autos ao C. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para a devida apreciação, **independentemente de preparo, ante a gratuidade de justiça deferida à fl. XX.**

XXXXXX, XX de XXXXXX de XXXX.

---

**FULANO DE TAL**  
DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

# EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Processo n.º : **XXXXXXXX**  
Feito : **Ação de Ressarcimento c/c Dano Moral**  
Apelante : **FULANO DE TAL**  
Apelado : **FULANO DE TAL**

## RAZÕES DA APELANTE

Ínclita Turma,  
Eméritos Julgadores,  
Excelentíssimo(a) Sr(a). Relator(a),

## I - TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

É certo que a tempestividade é requisito objetivo de admissibilidade do recurso, sendo que não se conhece de apelo interposto fora do prazo legal.

Não menos certo é que, nos termos do artigo 1.003<sup>1</sup> do Código de Processo Civil, o prazo para a interposição do recurso de apelação é de 15 (quinze) dias úteis.

Partindo dessa premissa, de se ver que a Apelante é

---

<sup>1</sup>Art. 1.003. O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão.

(...)

§ 5º Excetuada os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

assistida pela **Defensoria Pública do Distrito Federal** que, por sua vez, goza das prerrogativas da **vista pessoal dos autos e da contagem em dobro de todos os prazos** nos termos do art. 186 do CPC/15<sup>2</sup>.

Destarte, tem-se que o presente recurso é tempestivo, visto que a fluência do prazo para a interposição de tal iniciou-se em XX de XXXXXX de XXXX, tendo como **termo final o dia XX de XXXXX de XXXX**.

Portanto, como fora apresentada antes desta data, revela-se tempestiva a presente peça recursal.

## **II - RESUMO DA LIDE**

Trata-se de ação de ressarcimento c/c reparação por dano moral, na qual a autora alega, em síntese, que teria comprado o veículo da Ré, mas que essa, posteriormente, em conluio com terceiros, teria furtado o veículo em questão, razão pela qual pleiteia o ressarcimento do valor do veículo e indenização por danos morais.

Como o feito tramita pelo rito sumário, a Ré fora citada para apresentar defesa na audiência de conciliação designada para o dia XX de XXXXX de XXXX. **A Ré, contudo, em razão de problemas de saúde teve que ser levada emergencialmente para o Hospital Tal, razão pela qual não conseguiu comparecer à audiência de conciliação, tendo o juízo monocrático, portanto, decretado sua**

---

<sup>2</sup> Art. 186. A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

§ 1º O prazo tem início com a intimação pessoal do defensor público, nos termos do art. 183, § 1º.

**revelia e julgado parcialmente procedente a pretensão autora, para condenar a Ré a ressarcir o valor do veículo.**

Ato contínuo, a Ré apresentou petição de fl.X/X, na qual informara e comprovara ao juízo singular dos problemas de saúde que lhe acometeram e impediram seu comparecimento em audiência, tendo este, contudo, mantido inocule a sentença.

Irresignada, a Ré vem interpor o presente recurso de apelação, com fulcro nas razões que passa a expor.

### **III - FUNDAMENTOS RECURSAIS**

Como dito, fora designada audiência de conciliação para o dia XX/XX/XXXX, **no entanto a Ré, ora Apelante, não pode comparecer, eis que teve que comparecer emergencialmente ao hospital tal em razão de complicações de saúde (bronquite aguda - CID J20 - fl. X/X).**

A ré estava com dores abaixo do ventre, dor abdominal e diarreia, foi então internada no Hospital Tal no dia XX de XXXXX de XXXX e dessa forma ficou por dois dias. **Após ser submetida a exames foi detectada bronquite asmática,** a autora então passou a ser medicada.

**No dia X a ré teve que comparecer ao referido hospital em virtude de recaída de sua saúde, onde ficou internada recebendo oxigênio desde XhXmin às XhXmin, conforme os comprovantes emitidos pelo hospital.** Após realizar consulta com o seu médico, a ré foi aconselhada a não fazer grandes esforços, **razão pela qual recebeu atestado**

médico para repouso de XXX dias, conforme o atestado médico em anexo.

Por tais razões **a ré não pode comparecer à audiência de conciliação designada para o dia XX de XXXXX, por circunstâncias absolutamente alheias à sua vontade.**

Determina o código de processo Civil no art. 313 que, aquele que, por motivo de força maior não puder realizar os atos processuais, o processo deve ser suspenso. Vejamos:

**Art. 313. Suspende-se o processo: [...]; VI - por motivo de força maior;**

Para além disso, o CPC afirma que uma vez que uma pessoa que necessariamente deva participar da audiência, nela não possa comparecer, ela poderá ser adiada. Observamos:

**Art. 362. A audiência poderá ser adiada:[...];II - se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar;**

Nesse sentido, colaciona-se os seguintes julgados:

PROCEDIMENTO SUMÁRIO. RÉU IMPOSSIBILITADO DE COMPARECER À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. REVELIA DECRETADA E PEDIDO ACOLHIDO. CERCEAMENTO DE DEFESA CARACTERIZADO. RECURSO PROVIDO.

**No procedimento sumário, a sanção imposta ao réu que não comparece à audiência de conciliação é gravíssima, razão pela qual, somente na hipótese de ser injustificada é que impõe-se a aplicação dos efeitos da revelia.**

**Se o réu comprova que não pode comparecer à audiência preliminar, impõe-se seu adiamento, caracterizando-se o cerceamento de defesa, a realização da audiência e a decretação da revelia.**

(Acórdão n.153373, 20010110423487APC, Relator: CARMELITA BRASIL, 5ª Turma Cível, Data de

Julgamento: 21/02/2002, Publicado no DJU SEÇÃO 3: 15/05/2002. Pág.: 111);

COBRANÇA. TRANSPORTE DE ARROZ. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO NÃO EVIDENCIADA. AUSÊNCIA DO RÉU À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. APRESENTAÇÃO DE ATESTADO MÉDICO DEVIDAMENTE PREENCHIDO E SUBSCRITO. RENOVAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. Preliminar de intempestividade do recurso repelida. Intimação, por meio de oficial de justiça, em 28/05/2012, prazo a partir do qual se inicia a contagem do decêndio recursal. Havendo o recurso sido acostado aos autos em 08/06/2012 (fls. 37/41), não há falar em extemporaneidade. **Havendo o réu acostado aos autos atestado médico comprovando a impossibilidade de comparecimento à audiência de instrução (fl. 23), é de ser acolhida a justificativa, porquanto, ainda que não datado, informa a moléstia que acometeu o demandando - CID A09, sendo legível: "deve ser afastado de suas atividades de XX a XX/XX/XXX".** Restando justificada a ausência do requerido à audiência de instrução, **impõe-se seja desconstituída a sentença a quo, devendo o feito retornar à origem visando seja instruído.** SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. RECURSO PREJUDICADO. (Recurso Cível Nº 71004211850, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Marta Borges Ortiz, Julgado em 20/08/2013);

Trata-se de ação indenizatória proposta por consumidora em face de profissional do ramo da marcenaria por suposto descumprimento de obrigação contratual. Réu que esteve presente em audiência de conciliação e ausente em AIJ, tendo sido por tal motivo decretada sua revelia com conseqüente condenação em reparação por danos materiais e compensação por danos morais. Recurso inominado interposto esclarecendo o recorrente ser pessoa idosa e ter estado ausente em Audiência de Instrução e Julgamento por motivo de doença. É o breve relatório. Passo a decidir. **De fato, há nos autos do processo, às fls 108/110, petição protocolada um dia antes da data designada para AIJ comprovando a impossibilidade de comparecimento do recorrente em Audiência por motivo de doença, anexando atestado médico às fls 110. Tal fato justifica a ausência em audiência, devendo afastar a revelia decretada em sentença condenatória.** Mister se faz a anulação da sentença em prol do direito à ampla defesa do recorrente que não teve a oportunidade de apresentar contestação, bem como de presenciar a

oitiva da testemunha arrolada, devendo ser designada nova data para a realização do ato. Isto posto, **VOTO no sentido de ser anulada a sentença, afastando a decretação de revelia para que outra audiência seja realizada, eis que devidamente justificada a ausência do recorrente.** Sem ônus de sucumbência. (TJRJ. RI 00609367920078190021 RJ 0060936-79.2007.8.19.0021, Relator(a): LUCIANA GOMES DE PAIVA, Órgão Julgador: Segunda Turma Recursal, Publicação:08/07/2010 18:14).

*Ex positis*, evidenciada a **violação aos dispositivos legais supramencionados, bem como aos princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório e ampla defesa** (incisos LIV e LV da Constituição Federal), imperioso se faz o deferimento do presente recurso.

#### **IV - CONCLUSÃO**

Ante ao exposto, pugna a Apelante pelo conhecimento e provimento do presente recurso de apelação, para que seja **anulada da audiência realizada no dia XX de XXXXX de XXXX e consequentemente cassada a sentença proferida naquela assentada,** determinando o retorno dos autos ao juízo *a quo* para realização de nova audiência de conciliação, na qual a Apelante possa apresentar sua defesa.

XXXXXXXX, XX de XXXXXX de XXXX.

---

**FULANO DE TAL**  
DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

---

**FULANO DE TAL**

REQUERIDA